

**E ANTES DO ADEUS.
O PAPEL DE FEYTOR PINTO NA COMUNICAÇÃO DE
MARCELLO CAETANO (1970 | 1974)
BEFORE GOODBYE.
THE ROLE OF FEYTOR PINTO IN THE COMMUNICATION OF
MARCELLO CAETANO (1970 | 1974)**

JOÃO CARLOS MARTINS
Universidade Nova de Lisboa, ICNOVA | FCSH
joaacarlosmartins.mail@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5711-6333>

Texto recebido em / Text submitted on: 10/06/2021
Texto aprovado em / Text approved on: 24/02/2022

Resumo:

Na história das relações entre o jornalismo e a política durante o Estado Novo (1933-1974), entre a ditadura de sarja salazarista e a ditadura de veludo marcelista, existe uma produção científica considerável e de qualidade indiscutível (Cádima 1996; Cabrera 2006; Baptista 2012), literatura que é revisitada neste trabalho sobre o diretor dos Serviços de Informação de Marcello Caetano, Pedro Feytor Pinto, onde, além de uma entrevista com o objeto do estudo, procedemos a uma análise de dois momentos essenciais da comunicação política marcelista durante 1973: o efeito do massacre de Wiryamu na visita a Londres e a publicação de *Um problema chamado Ultramar* no jornal *Expresso*.

Palavras-chave:

Comunicação Política; Estado Novo; Política; Jornalismo.

Abstract:

In the history of the relations between journalism and politics during the Estado Novo (1933-1974), between Salazar's dictatorship and Caetano's velvet dictatorship, there is a considerable scientific production of indisputable quality (Cádima, 1996; Cabrera, 2006; Baptista, 2012), literature that is revisited in this work about the director of Information Services of the Prime Minister, Marcello Caetano, Pedro Feytor Pinto, where, in addition to an interview with the object of the study, we analyze two essential moments of political communication marcelist during 1973: the effect of the Wiryiamu massacre on his visit to London and the publication of *Um problema chamado Ultramar* by the Portuguese newspaper *Expresso*.

Keywords:

Political Communication; Estado Novo; Politics; Journalism.

A vida muda num instante. Num dia normal.

Joan Didion in *O Ano do Pensamento Mágico*

A espiral impossível entre a ditadura e a democracia (1968-1974)

No dia mais longo, ajudou Marcello Caetano a vestir o sobretudo,

antes dele descer as escadas do Quartel do Carmo e em cada degrau da escada, havia um soldado da Guarda Republicana com o capacete de aço. Estávamos todos com a barba por fazer. Ele tinha feito a barba e tinha levado o passaporte... naquela altura, ele esperava talvez... uma hipótese alternativa. E então, cada soldado a apresentar armas. E as lágrimas a correrem-lhe pela cara abaixo. E aquela entrada no chaimite... E depois, fez-me um gesto de adeus, adeus, Pedro, até quando Deus quiser. E eu nunca mais o voltei a ver⁽¹⁾.

Na rendição de abril, Marcello portou-se com dignidade e coragem física. Foi preso e deportado para o Funchal. Depois exilou-se no Brasil,

(1) Entrevista presencial com o diretor dos Serviços de Informação (1970-1974), Pedro Feytor Pinto, realizada a sete de maio de 2019: 22.

onde ainda viveu seis anos (Pulido Valente 2002: 143). Apenas seis anos antes da Revolução dos Cravos, Marcello Caetano subia as escadas do Palácio de Belém, convocado pelo presidente da República, Américo Tomás, a 27 de setembro de 1968, para substituir Oliveira Salazar (Meneses 2010) na sequência do episódio da queda numa cadeira de lona a 3 de agosto de 1968, no Forte de Santo António no Estoril. Com 62 anos, o único representante da modernidade (Pulido Valente 2002: 40) e eterno delfim de Salazar, recebia um poder executivo em que o regime apodreceu lentamente e o país entrou em crise larvar que explodiria (id.: 42) nas suas mãos.

Nesta herança, Marcello Caetano não herdou a chefia de uma elite unida e coesa, segura no seu poder, e para quem fosse claro o caminho a seguir. Antes pelo contrário. Muitas das limitações, hesitações e ambiguidades que depois foram atribuídas ao novo Chefe de Governo, como se derivassem apenas de defeitos pessoais, devem ser vistas, no fundo, como limitações, hesitações e ambiguidades da própria classe política de um Regime que, habituado à arbitragem de Salazar, parecia tresmalhado e incerto sem o antigo líder (Cruz & Ramos 2012: 469).

A missão de Marcello era tirar o país do passado (Pulido Valente 2002: 69) e 1968 e 1969 foram os anos idílicos. Em São Bento, os trabalhos do novo presidente do Conselho eram organizar a casa, tarefa difícil devido aos muitos chefes vitalícios que era impossível desalojar, e imprimir-lhes novo dinamismo (Caetano 1977: 460-461). Um caderno de encargos para o qual se tinha preparado ao longo do consulado de Salazar. As críticas frontais que lhe fez, a sua atuação enquanto Ministro da Presidência, a dinâmica que imprimiu à organização dos trabalhos do I Plano de Fomento, a sua atuação enquanto reitor, fizeram de Marcello uma espécie de reserva da nação, disponível para atuar perante uma crise política (Cabrera 2006: 14) e esse momento tinha chegado.

A chegada de Marcello Caetano ao poder foi acompanhada de uma certa abertura do regime (Sousa et al. 2008: 20), onde se vislumbra uma relativa aproximação ao seu sector mais liberal e a uma oposição algo moderada, nomeadamente através de reformas sociais e económicas com as principais bases de apoio ao regime. Em contrapartida a essa abertura, procura manter as velhas esferas com a continuidade dum política de manutenção da ordem interna e da unidade do território ultramarino (Reis 1996: 546) e tenta corrigir o «desequilíbrio» do excessivo autoritarismo de Salazar (Pulido Valente 2002: 60).

Nesta arriscada equação política, Marcello Caetano terá tentado criar uma margem de manobra para, sempre dentro do quadro autoritário, realizar um programa em que as prioridades eram a modernização social e económica e a normalização internacional, mas muito provavelmente não a liberalização política, embora esta pudesse não estar definitivamente excluída, como sugere Rui Ramos (Cruz & Ramos 2012: 497). A época do marcelismo permitiu a introdução de uma salutar ambiguidade, pondo em causa os esquemas dicotómicos que predominavam nas afirmações oposicionistas ao salazarismo. Regime e oposição começavam, subitamente, a aparecer, não como blocos inteiramente monolíticos e coerentes, mas fragmentados em tendências, sensibilidades e fações, que pediam algum esforço analítico que não se circunscrevesse à mera reformulação de profissões de fé (Mesquita & Lourenço 1996: 20). Para os seus críticos, a «evolução não era possível com a ditadura. Para ele, pelo contrário, só a ditadura poderia tornar possível a evolução» (Cruz & Ramos 2012: 495) num país inebriado de esperança. É compreensível a propagação dessa esperança.

Hoje pode parecer estranho como é que tantos esperaram tanto a partir de indícios tão pequenos, mas terá sido assim (id.: 474) que o país esperou uma «democracia impossível» (Pulido Valente 2002) das mãos de Marcello Caetano. Admirador da democracia inglesa, olhava o país de outra forma, comentando em privado: «não se esqueça que não somos ingleses»⁽²⁾ dado que o carácter dos Portugueses, o «processo de desenvolvimento económico» (de facto, a ausência dele), as «heranças sociais» (a extrema desigualdade) e a «herança cultural» (os maus hábitos adquiridos durante cem anos de «liberdade» e a dependência dos modelos estrangeiros) não permitiam a conciliação das «constantes estruturais da sociedade portuguesa» com as instituições chamadas democráticas (id.: 53).

E, para Marcello Caetano, as instituições estavam acima de tudo. «E isso marcou a geração dele. E depois... o Marcello Caetano era mais de direita do que o próprio Dr. Salazar»⁽³⁾, acreditando que a democracia era a morte da razão, e ele o «paladino do equilíbrio» (Pulido Valente 2002: 58). Em 1968, Caetano não tomava conta de uma situação que o obrigasse a mudar imediatamente de curso no que diz respeito à estrutura

(2) Id. 2019: 23.

(3) Id. 2019: 3.

autoritária – a não ser que acreditasse nos princípios e nas vantagens de uma mudança súbita a esse respeito – e é duvidoso que acreditasse (Cruz & Ramos 2012: 481).

Uma falta de crença comprovada por uma leitura atenta do que escrevia, três anos antes, onde definia como a opinião pública é essencial ao Estado como manifestação de legitimidade e reconhecimento da sua autoridade (Caetano 1965). Neste reconhecimento da intervenção política feita pela opinião pública, Caetano considerava a comunicação social como estrutural na construção de uma certa «Opinião Pública», influenciando e manipulando habilmente a informação e os seus destinatários (id.: 29-33). Neste diálogo entre os meios de comunicação e o público, a inexistência do «grande sentido das responsabilidades de quem o trava e da maturidade cívica do público que o segue e julga» não havendo lugar ao debate de ideias desejado (id.: 39-40) afastavam Portugal do modelo arquetipo da democracia britânica.

Dentro deste pequeno retângulo onde fora político e continuava professor, Marcello Caetano faz a pedagogia do inquinamento da opinião pública onde «uma pequena minoria atuante», usando de «processos publicitários» e empregando «atrevidas ousadias», pode, no meio da passividade geral, dar a ilusão de que se está perante uma corrente poderosa de opinião, «onde não há mais que paixão ideológica, ambições audaciosas, interesses cúpidos ou então despeitos reivindicativos ou explosões de recalques» (Caetano 1965: 66). Um pensamento que traduz em ação política e que, na espiral governativa entre 1968 e 1974, nunca consegue solucionar o problema que desde o princípio o iludira: a impossibilidade de legitimar o poder sem instituições democráticas (Pulido Valente 2002: 135).

Foi o melhor dos tempos.

Foi o pior dos tempos: Caetano e a comunicação social

Desde os primeiros dias após a tomada de posse como presidente do Conselho de Ministros, a imagem de Caetano na Imprensa corresponde a um homem ativo, coloquante e sedutor para a Imprensa e, por intermédio desta, para o público (Cabrera 2006: 65). Para além da conceção paternalista do papel do Estado sobre o sector informativo e sobre a opinião pública, Caetano encarava-o também em articulação

com os desígnios do regime (Lima 2013). Num uso presciente da frase de Lampedusa, para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude, «Marcello Caetano faz, na tarde de 27 de setembro de 1968, um curto discurso, que deve ter sido a peça oratória mais feliz da sua vida (...) disse o essencial sem se comprometer em nada» (Soares 1974: 591). O compromisso acontece com as inequívocas escolhas políticas que fez no arranque do seu mandato.

Dentro de São Bento, para seu chefe de gabinete escolheu o antigo diretor da censura à imprensa e aos espetáculos, José Fernando Quesada Pastor e, num sinal de continuidade na máquina da censura, chama o antigo diretor António Neves Martinha, homem de confiança, à direção efetiva (Gomes 2014: 17) tentando equilibrar velhos poderes com novos horizontes. Para fora de São Bento, Marcello Caetano dá dele a imagem de um homem contente consigo, que faz aquilo que gosta, capaz de colocar emoção na vida política (Cabrera 2006: 66) e com uma «linguagem desataviada e clara», avança pelo «esclarecimento necessário da opinião pública, nomeadamente em relação às dificuldades político-sociais e ao desenrolar da ação governativa» (Caetano 1974: 56) onde reconhece o papel da comunicação social como instrumental à legitimação da sua estratégia: a de criar na população a sensação de ser parte ativa na definição da política.

Para o país que o aguarda, Marcello Caetano diferencia duas estratégias distintas de atuação: «a promoção, apoio, colaboração à imprensa e o policiamento dos delitos de imprensa que pertencia a uma Direcção dos Serviços de Censura». O «Secretariado deveria ser o alimentador, o acelerador; a censura o freio, o travão...» (Caetano 1977: 469). E o pé esteve no travão desde os primeiros tempos como encarregado de educação da opinião pública e publicada. Certo de que é na camada superficial da opinião pública onde a Imprensa atua, Marcello Caetano entende que é aqui também que se devem desencadear as ações para a defesa da opinião pública e colocar os filtros de controlo. Defensor da ideia de um Estado forte e autoritário, Marcello considera, no entanto, que aos governados deve ser dada informação, mas, simultaneamente, cumpre também ao Estado defender a opinião pública daqueles que atuam no sentido de o destabilizar (Cabrera 2006: 257).

O salazarismo reorganizou as relações entre o poder e a Imprensa de forma severa, conferindo-lhes a solenidade de um rito e instaurando o poderoso filtro da censura no relacionamento. Durante o marcelismo,

jornalistas e políticos voltaram a aproximar-se e a beneficiar mutuamente da intensidade das trocas de informação, com consequências na forma como a política passou a ser relatada pelos jornais (Baptista 2012: 443) e esta mudança no estilo da liderança governativa foi favorável à disseminação da discussão pública sobre a política (id.: 449), mudança essa que implicava também chegar ao povo sem mediação. Um dos exemplos mais significativos do grau de profissionalismo da sua comunicação política é a criação dos Serviços de Relações Públicas, Informação e Publicidade dentro da Assembleia Nacional a 21 de dezembro de 1968⁽⁴⁾, com chefia de José Alberto Pires, diretamente nomeado pelo chefe de Governo.

Entretanto, à semelhança das escolhas para o seu núcleo político, também no campo dos media, Marcello Caetano lançou mão de todas as alianças pessoais, nomeando pessoas da sua confiança para cargos de direção e pressionando-as diretamente para jogarem tudo na defesa da política governamental (Baptista 2012: 330). Entre estes aliados, encontramos César Moreira Baptista na Secretaria de Estado de Informação. Moreira Baptista tinha também uma longa experiência de mais de dez anos à frente do Secretariado Nacional de Informação. Conhecia a casa, os procedimentos, os jornais, os jornalistas, os censores, os seus métodos de trabalho e, sobretudo, dominava as estratégias de controlo da informação (Cabrera 2006: 67). Na sua dependência hierárquica, estavam Clemente Rogeiro na Emissora Nacional e Ramiro Valadão na RTP.

E será Ramiro Valadão quem se encarregará de delinear a estratégia propagandística do regime marcelista na televisão, de uma forma que o próprio caracterizou com perfeita clareza de intenções e com conhecimento histórico como «perfeitamente consentânea com os interesses do regime e a sua estratégia política global, e de uma forma bastante mais rigorosa do ponto de vista propagandístico do que até então tinha acontecido» (Cádima 1996: 207) segundo entrevista do próprio a 14 de janeiro de 1991. Ramiro Valadão começa a mostrar serviço a Caetano, onde

passaram a ser regra os telefonemas do novel presidente do CA para o Telejornal antes da emissão, perguntando o que havia no noticiário. Informado pelo responsável, Valadão indicava, caso a caso, o tempo que

(4) “Assembleia Nacional à margem das sessões”, *A Capital*, 1970, 29 de janeiro.

teriam os ministros, que consoante o seu agrado pessoal, ou favor do chefe do Governo eram bafejados com mais ou menos filme. Vigiava-se escrupulosamente para que fossem cumpridas as suas instruções. O que nem sempre era fácil; havia, por exemplo, determinadas personalidades que não se mostravam nem mencionavam (Nogueira Pinto 1977: 156-161).

Ou eram mostradas num ensaio teatral da morte do pai num golpe sem misericórdia em dia de aniversário da entrada de Salazar para o governo, a 28 de abril de 1969. Em termos televisivos, havia de ficar marcado por uma peça que impressionaria todos os que a viram: o «Aniversário do Presidente Salazar»⁽⁵⁾ – um filme com 1m16s de duração, em que Salazar recebe a visita dos órgãos de informação e «profere uma breve mensagem de saudação e agradecimento» (Cádima 1996: 219). Muitos perguntavam-se quem era o responsável pela feitura e exibição de «tão degradante peça, que revelava um chefe, que merecera o respeito de amigos e inimigos, à dimensão dum farrapo humano». Ainda de acordo com Jaime Nogueira Pinto (1977: 156-161), Ramiro Valadão afirmava não ter visto previamente o filme, mas noutra ocasião, o responsável pelo telejornal escusava-se com as ordens do Presidente do Conselho de Administração. Aliás, segundo testemunho presencial de um redator do Telejornal nessa época, Valadão vira o filme antes de ele ir para o ar e trocara, pelo telefone, impressões com alguém que, posto a par das condições de gravação, lhe ordenara que a transmitissem (Cádima 1996: 220). E, de facto, era para servir o sistema político, como até então não havia sido feito, que Ramiro Valadão tinha sido escolhido. E esse era também, iniludivelmente, o seu projeto para o qual tinha sido nomeado em abril de 1969 (Cádima 1996: 371).

Nesse ano de enamoramento com Portugal, o enriquecimento da agenda governamental e a diversificação dos protagonistas dentro do próprio governo (além de Marcello Caetano, vários ministros foram bastante mediáticos) criou aos jornalistas novos desafios, aumentou e aprofundou as ocasiões de interação com a classe política (Baptista 2012: 239). Contudo, a grande entrevista de fundo de Caetano é dada ao *New York Times* a 19 de maio, e ontem como os políticos de hoje, os ecos duma entrevista na América ecoam, devotos, paroquiais e uníssonos, pela

(5) Conteúdo disponível em Aniversário de António de Oliveira Salazar. Acedido a 02-06-2021.

comunicação social portuguesa. Por cá, enquanto o *Diário da Manhã* e o *Diário de Notícias* valorizam a continuidade e o *Diário Popular* levanta o véu da esperança de mudança, *A Capital* sublinha a parte relativa à lei da Imprensa (Cabrera 2006: 73), legislação que só vai acontecer a 5 de maio de 1972.

No que se refere à *natureza do regime*, Marcello Caetano mudou ou fingiu mudar algumas coisas para que tudo ficasse na mesma. Na Censura houve, inicialmente, um certo abrandamento, mas logo depois tudo voltou a ser como dantes. O que não quer dizer que na imprensa e no jornalismo não haja a registar factos de inegável importância, em grande parte resultantes das oportunidades proporcionadas pela própria «liberalização» (Correia & Baptista 2007: 366-367). Entretanto, a politização dos leitores estava em marcha (Baptista 2012: 341) e a análise do jornalismo produzido durante o período marcelista torna muito visível que a discussão política com um elevado grau de sofisticação estava instalada nas páginas dos jornais (ib.).

Nos ecrãs de televisão, o poder e a omnipresença mediática de Marcello Caetano, o seu «saber fazer», que vinha já dos tempos em que havia sido ministro da Presidência, a regularidade com que passa agora, numa altura de maior crise, a surgir no pequeno ecrã, a recorrência das temáticas, sempre centradas na questão essencial para o regime – que é a defesa das províncias e da política ultramarina –, passam a ser assim os temas determinantes dos novos tempos políticos que se viria a verificar estarem a ser falsamente interpretados – e aguardados –, como sendo tempos de «abertura» (Cádima 1996: 221-222). Na verdade, a flexibilização da censura durante aquele período obedeceu a uma estratégia política de Marcello Caetano; afirmar-se como político, conquistar a simpatia dos portugueses, legitimar a sua política e a sua nomeação com uma vitória eleitoral sobre a oposição e, desta forma, neutralizá-la (Cabrera 2006: 258), além de começar a corrigir o «desequilíbrio criado por tendências que ele considerava anárquicas e subversivas» (Pulido Valente 2002: 60). Uma correção através da intensificação da censura como recorda Pinto Balsemão que

trabalhava no *Diário Popular* em 68 e fiquei lá até 71, e, realmente, no início da era marcelista, a imprensa até era bastante mais livre, a censura atuava muito menos, a tal ponto que tivemos de nos adaptar, porque não estávamos habituados. Depois, a pouco e pouco, foram aparecendo cada vez mais cortes (Cruz & Ramos 2012: 168).

Fiel à sua estrutura jurídica na percepção do mundo, Marcello Caetano justificará como a censura era uma forma de prevenção para a qual tivera de se caminhar porque «a imprensa portuguesa não tinha a noção dos limites e a repressão judicial dos delitos nela cometidos era demorada, originava processos escandalosos e acabava por ser ineficaz quando não contraproducente» (Caetano [1977] 2000: 654-655). Um dado relevante é a extinção formal da Direção dos Serviços de Censura em 1 de junho de 1972 e a sua integração na Direção-Geral da Informação, com a designação de Exame Prévio. Este desenvolvimento acarretou uma perda da autonomia funcional da censura, visível não só na seleção do pessoal político, como na sua própria atividade operacional, onde é patente a interferência do Diretor-Geral da Informação (Pedro Geraldês Cardoso), do Secretário de Estado (César Moreira Baptista) e do próprio Presidente do Conselho (Gomes 2014: 28). Como *polícia do espírito* (Azevedo 1999),

a missão da Censura consistia em silenciar, ocultar, esbater na crueza da sua objetividade e verdade, ou do seu inconformismo e liberdade, todas as notícias, acontecimentos, ideias, críticas e manifestações de liberdade de expressão e criação artística, sob qualquer forma, e independentemente da sua origem (nacional ou internacional), sempre que fossem suscetíveis de por em causa a legitimidade do regime e a credibilidade dos seus dirigentes, o de abalar os seus fundamentos políticos, princípios filosóficos, valores religiosos e morais, ou simplesmente fossem consideradas capazes de desorientar a opinião pública, ou inconvenientes para a ditadura (Azevedo 1999: 65).

Da ditadura de sarja salazarista à ditadura de veludo marcelista, a semântica, entre outras passou de *Censura* a *Exame Prévio*, e alterou os carimbos que enviava para os jornais: *Cortado* passou a *Proibido*, *autorizado com cortes* a *Autorizado parcialmente*, *Suspense* a *Demorado*, *Visado* a *Visto*. A estas e outras alterações do género, como *Diário da Manhã* para *Época*, chamou Raul Rego «revolução nominalista» (Correia 2018: 29). A coesão final dos serviços de censura e propaganda é alcançada com a criação do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo e a sua subjugação à Presidência do Conselho, que elimina as querelas entre os diferentes órgãos encarregues do constrangimento da liberdade de expressão (Garcia 2009: 55). Um constrangimento que passa também pela continuidade da instrumentalização da informação televisiva, com

o apoio privado⁽⁶⁾ e público de Ramiro Valadão⁽⁷⁾ e Moreira Baptista⁽⁸⁾, em entrevistas militantemente reverenciais na imprensa.

Na RTP, crucial para a interpretação deste período é a tentativa de abandono da estratégia política editorialista que tinha sido aplicada por Ramiro Valadão logo após a sua nomeação por Marcello Caetano. Importa, no entanto, observar que se o editorial, especificamente, é inicialmente abandonado, a abertura protocolar e a predominância do sistema político nos telejornais, essas, não o são. De facto, de início verifica-se como que a omissão deliberada da opinião política da redação, transferindo-a para os políticos propriamente ditos (Cádima 1996: 262).

Nesta transferência, assistimos com Marcello Caetano (não é por acaso que ele inaugurou as famosas *Conversas em Família*) a uma vontade de contacto imediato com o cidadão, que tem entre outras finalidades a de o convencer, de algum modo, que a política não se ocupa de política propriamente dita, mas que se ocupa pura e simplesmente de solucionar problemas efetivos de cada português e da nossa sociedade (Mesquita e Lourenço 1996: 51). As *Conversas em Família* fecham o ciclo da estratégia de informação de Marcello Caetano. Iniciam-se em 8 de Janeiro de 1969 e mantêm-se com uma periodicidade quase mensal até Março de 1974. Estas conversas não se confinam só à transmissão pela televisão. No dia anterior são anunciadas nos jornais e no dia seguinte são transcritas na íntegra, situação que revela a enorme importância que era atribuída a estas alocuções televisivas (Cabrera 2006: 75). Uma importância que o político revive quando escreve:

(6) Num bilhete do Gabinete da Presidência do Conselho, assinado por Marcello Caetano e dirigido a Ramiro Valadão a 28 de dezembro de 1970, pode ler-se: «Estou plenamente consciente das dificuldades que terei de enfrentar no ano que entra, ano crucial para o futuro político do País. Conto com o apoio, fiel, dedicado e inteligente dos amigos, sobretudo daqueles a quem estão confiadas posições-chave, como sucede consigo. A televisão é nos tempos correntes um instrumento essencial de acção política e nós não podemos hesitar na sua utilização – nem em vedar aos adversários da ordem social essa arma de propaganda. Sei que está atento, mas nos tempos que correm toda a vigilância é pouca, toda a inteligência e argúcia na acção são insuficientes: há que pôr em jogo todas as nossas dificuldades de combate» (AAVV 1980: 239).

(7) “O Dr. Ramiro Valadão, à Época Deixem a Televisão crescer”, *Época*, 1972, 01 de fevereiro.

(8) “Moreira Baptista na TV – A necessidade de uma informação pronta e objectiva é uma imposição”, *Diário Popular*, 1973, 26 de janeiro.

em muitos dias, para ouvir a ‘conversa em família’ parava tudo (...) Através, pois, de todos os meios ao meu alcance não deixei, durante o tempo do Governo, de esclarecer, de justificar, de informar, de doutrinar, procurando dar maior consciência política aos meus concidadãos e obter para a ação que desenvolvia a anuência, a adesão, o apoio deles (Caetano 1974: 56).

como forma de fazer chegar à opinião pública a ideia – e a radicação do conceito – de legitimidade do sistema político (Cádima 1996: 368).

Uma legitimidade política que conta com a contínua operação de propaganda em que se transforma o Telejornal (TJ) nestes anos do fim do marcelismo – e do fim de um regime ditatorial de 48 anos – prossegue com a promoção de um novo livro de Marcello Caetano – *Evolução sem Revolução* –, que será ‘lançado’ na abertura do TJ de 10/12 (72) (id.: 302), depois de semelhantes promoções embaladas em notícia terem surgido nos dois anos anteriores: a coletânea de discursos *Mandato Indeclinável* e o balanço *Renovação na Continuidade*, editoriais no TJ, respetivamente, nos dias 30 de setembro de 1970 e 26 de setembro de 1971. Na estratégia de comunicação política televisiva de Ramiro Valadão, aos editoriais da redação, vêm então juntar-se, ainda no decorrer do mês de janeiro de 1973, os comentários muito políticos e naturalmente governamentalizados (também de abertura do Telejornal) do secretário de Estado da Informação e Turismo – César Moreira Baptista (Cádima 1996: 305). Os seus discursos, povoados de apelos à «maioria silenciosa» para o combate à «propaganda subversiva» são ainda sinónimo de rutura do regime (id.: 332).

No limite da reverência e do proselitismo dos braços armados destes homens, Marcello Caetano desenvolveu uma minúcia vigilante em tudo semelhante ao fervor patológico com que Salazar se ocupava de *miudezas*, exigia explicações e cobrava ressentimentos, ignorando que a partidarização da sociedade era um facto incontornável que (nem) os jornalistas podiam continuar a ignorar (Baptista 2012: 300).

O período final do Estado Novo – a época marcelista – é assim um tempo de embate, de mudanças que foram emergindo e se foram cimentando e onde qualquer iniciativa reformista esbarrava com o prosseguimento da guerra colonial. De um lado há um poder que quer modernizar, mas que persiste no apego a um quadro ideológico onde a ausência de liberdades é a regra (Cabrera 2006: 265). Nalgumas exceções a esta regra, esteve presente um *espectador comprometido*: Pedro Feytor Pinto.

Pedro Feytor Pinto: O homem e a sua circunstância

Depois de duas conversas prévias com Marcello Caetano no Natal e na Páscoa, Pedro Feytor Pinto entra no Palácio Foz a 15 de agosto de 1970, pronto para ajudar o presidente do Conselho que com ele partilhara a necessidade de *uma solução para o problema principal que era o Ultramar*⁽⁹⁾. O que Caetano

pretendia era que eu, sobretudo, me ocupasse dos jornalistas estrangeiros. Com a Informação Nacional, eu não tinha muito tempo para me ocupar, mas ocupava-me, sobretudo, com a Informação Estrangeira porque havia os jornalistas que estavam cá e os jornalistas que vinham. E vinham constantemente porque suscitava um enorme interesse o que se chamava a evolução do regime⁽¹⁰⁾.

Como diretor dos Serviços de Informação, Feytor Pinto começou por desenvolver contactos com os jornalistas estrangeiros

que estavam acreditados em Portugal, procurava informá-los com transparência, dando-lhes a conhecer, quer certas iniciativas nos diversos sectores de desenvolvimento económico, quer proporcionando-lhes ou propondo-lhes os necessários contactos com personalidades que pudessem aportar opiniões de interesse. Assim, algumas vezes, foram organizadas reuniões privadas com o Presidente do Conselho, muitas nas tardes de sábado, nas instalações da Força Aérea, em Monsanto. A conversa era livre, sem agenda, formulando as perguntas que entendessem num aberto clima de diálogo (Feytor Pinto 2011: 194).

Estes contactos com a imprensa estrangeira permitiram-lhe «(...) um imenso caudal de conhecimentos que procurávamos que se tornasse útil para as posições portuguesas. Foram muitos os jornalistas que recebi, proporcionando-lhes as informações necessárias aos seus trabalhos: informações, reuniões, entrevistas e visitas» (Pedro Feytor Pinto in Cruz & Ramos 2012: 54). Paralelamente, Feytor Pinto coordenava um grupo de trabalho ocupado com «a leitura da imensa maioria da Imprensa

(9) Entrevista presencial com o diretor dos Serviços de Informação (1970-1974), Pedro Feytor Pinto, realizada a sete de maio de 2019: 2.

(10) *Ib.*

estrangeira tornando possível resumir o pulsar da opinião publicada internacionalmente que não era, digamos, favorável maioritariamente a Portugal» (Feytor Pinto 2011: 167). Entre estes *leitores*, encontravam-se futuros valores revelados em democracia: António Mega Ferreira, os embaixadores Fernando Neves e João Lima Pimentel, João Palmeiro da Associação Nacional de Imprensa e o Cónego João Seabra. Os então estudantes desempenhavam tarefas de *clipping* de imprensa que ainda hoje, em termos de análise estritamente técnica do arquivo, resulta num nível de excelência. Este *Arquivo da Presidência do Conselho de Ministros* mostra um sentido organizacional muito profissionalizado e intencional: são recortados dos jornais de informação política nacional, editoriais, notícias e comentários que refletem a ação governativa (Cabrera 2006: 76).

Noutra frente, Pedro Feytor Pinto desenvolvia um trabalho de (re) construção e gestão de uma imagem positiva da governação de Marcello Caetano junto dos jornalistas e, por mediação destes, junto dos públicos atingidos pelos meios jornalísticos. Como refere,

logo que assumi funções visitei todos os jornais diários, tanto em Lisboa como no Porto, sem ignorar os que eram claramente desafetos ao governo, como o República e o Diário de Lisboa. Procurei, também, conhecer pessoalmente o maior número de jornalistas possível, promovendo contactos que permitissem uma crescente abertura da informação (Feytor Pinto 2011: 167).

Com a tarefa de alterar a perceção negativa sobre os tempos da governação marcelista, «o mais difícil da mensagem que se pretendia transmitir era a necessidade de um processo de evolução que nunca poderia assumir a urgência que muitos esperavam» (Feytor Pinto 2011: 194). Contudo, também não se pode confundir modernização com mudança ideológica. Pela sua formação, Marcello parte de uma conceção autoritária do Estado, que é reforçada nas declarações que sucessivamente fez acerca do que pensava sobre a Lei de Imprensa. Marcello pensou em modernizar, mas nunca em liberalizar o regime e por isso nunca pensou em suprimir a censura (Cabrera 2006: 258). Feytor Pinto recupera conversas com Marcelo Caetano em que:

o Presidente do Conselho dava-me dois argumentos maiores para a manutenção de um sistema de controlo prévio à publicação: a existência

de um confronto militar em três frentes diferentes, o que implicaria, dizia, uma enorme desconfiança das Forças Armadas, e a presença de elementos do Partido Comunista no seio das redações, o que teria como resultado a crescente influência na opinião pública (Feytor Pinto 2011: 168).

Nesta *revolução nominal* da Direção-Geral de Informação dependia ainda a Direção de Censura, que passara a ser chamada de Exame Prévio. Pela primeira vez esta direção, herdada de épocas anteriores e mantida pela própria necessidade de um país com três frentes de guerra, e gerida maioritariamente por militares, os chamados «coronéis da censura», dependia de uma instância superior de recurso, para a qual os jornais muitas vezes apelavam e que era a Direção-Geral de Informação (Feytor Pinto 2011: 165). A subordinação da Comissão Central de Exame Prévio à Direção-Geral da Informação transferiu para o secretário de Estado Moreira Baptista e para a própria DGI de Geraldês Cardoso, um papel de controlo que anteriormente o próprio aparelho de censura geria, só ocorrendo uma intervenção externa de Salazar / Paulo Rodrigues em situações limite (Gomes 2014: 22). De acordo com o Presidente do Conselho,

o diretor-geral de Informação, Geraldês Cardoso, que era recurso da Censura, criara um sistema com os responsáveis dos meios de comunicação através do qual estes, para não perderem tempo, enviavam logo para a Direção-Geral, ao mesmo tempo que para a Censura, aquelas peças que lhes parecia poderem vir a ser objeto da atuação, sempre discricionária, do famigerado lápis azul. Assim, iniciava-se logo um processo, muitas vezes de negociação semântica, que acabava, não poucas vezes, por dar resultado (Feytor Pinto 2011: 211).

À falta de melhor qualificativo, a atuação dos censores foi sempre marcada por uma grande aleatoriedade o que permitia todo o tipo de discricionariedades (Arons de Carvalho 1999: 45). Aleatoriedade e discricionariedade a que o poder político estava atento. Como lembra o jornalista Roby Amorim,

o Marcello Caetano substituiu estes sujeitos todos, totalmente incapazes, e pôs censores que sabiam o que estavam a fazer. Deram uma certa abertura, mas quando a coisa se tornava mais complicada, eles cortavam e sabiam o que estavam a cortar. Não tinham, aliás, muito

trabalho, porque os chefes de redação estavam ligados ao regime. Os diretores, os chefes de redação estavam total e completamente ligados ao regime (Correia & Baptista 2010: 369).

Uma ligação que será providencial na visita de Marcello Caetano a Londres quando surge o escândalo Wiryamu.

Reflexos de Wiryamu numa Londres dourada

Em julho de 1973, poucas semanas antes de uma visita de Marcelo a Londres no quadro das celebrações da Aliança Luso-britânica, o padre inglês Adrian Hastings publicou no *Times* um artigo denunciando um massacre em Wiryamu, Moçambique, pelas tropas especiais portuguesas, no final de 1972. «Não era a primeira denúncia, mas foi provavelmente a de maior impacto mediático. A viagem a Londres sofreu as consequências. Marcelo escapou por poucos votos a uma declaração de desagravo no Parlamento de Londres e sofreu manifestações de rua» (Pinto 2001: 32). Testemunha de todo o episódio, Feytor Pinto recorda-o, cronologicamente:

A chegada a Londres estava prevista para o dia 16 de Julho. Pouco dias antes, a 10 de Julho, o Times publicou um longo artigo, seguido de um editorial, informando e comentando notícias de que tinham sido descobertas, numa povoação chamada Wiryamu, as evidências de um massacre levado a cabo pelas Forças Armadas portuguesas, assassinando mulheres e crianças e queimando as respetivas habitações (Feytor Pinto 2011: 229).

E começa o trabalho de bastidores, «temos reuniões várias, eu apercebi-me que, de facto, o professor Marcelo Caetano não sabia, apesar do que tenho lido que sabia, não sabia. Não sabia porque ele não me enganava. Portanto, se soubesse tinha-me dito e não sabia»⁽¹¹⁾.

A oposição trabalhista assumiu imediatamente a divulgação da notícia, nomeadamente através de uma conferência no âmbito do grupo de Chatham House, um centro de reflexão político e económico muito

(11) Id. 2019: 9.

ligado aos meios progressistas e ao Partido Trabalhista, exigindo ao primeiro-ministro, Edward Heath, que cancelasse a visita oficial do Presidente do Conselho de Portugal (id.: 229). Envolvido nesta tormenta mediática, «o Presidente do Conselho transmitiu-me a sua decisão de que eu deveria partir imediatamente para Londres para avaliar a situação e procurar dar resposta às suas múltiplas intervenções nos media» (Feytor Pinto 2011: 230) e «então, eu fui ao Doutor Marcello Caetano, a São Bento, Senhor Presidente, venho pedir instruções do que é que quer que eu diga? E ele disse-me: Desenrasque-se»⁽¹²⁾.

Em plena gestão de uma comunicação de crise,

falei ao conselheiro de imprensa da embaixada de Inglaterra, do Reino Unido. Falei ao Félix Naggar também da *France Press* e falei ao Jorge Dias que era o diretor da Casa de Portugal. Quando o avião chegou a Heathrow, entrou-me o Jorge Dias, a dizer *já está lá fora a Reuters, a BBC, a France Press e o Daily Telegraph*. Aí há uma palavra-chave que eu passei a utilizar sempre nos contatos, e tive muitos contatos com jornalistas nessa altura, e nas conferências de imprensa era *clear up the situation*. Entre os jornalistas contactados, encontravam-se o James MacManus, do *Guardian* e o Peter Pringle do *Times* e pelo telefone com o Bruce Loudon, que em Lisboa representava o *Daily Telegraph* e ia dando a reação portuguesa (Feytor Pinto 2011: 234).

Simultaneamente, «eu ia telefonando para Lisboa, nomeadamente ao Dr. Moreira Baptista e ao Dr. Geraldês Cardoso, transmitindo-lhes qual era a evolução da situação, sabendo que as mensagens eram logo dadas ao Prof. Marcelo Caetano» (Feytor Pinto 2011: 234). O ambiente na capital britânica ficava, progressivamente, mais tenso, mas ainda iria piorar pois, no sábado, 14 de Julho, houve uma manifestação bastante considerável que desfilou em Belgrave Square, diante das janelas da embaixada, tendo assim podido conhecer as personalidades que chefiavam a manifestação, com especial relevo para o padre Adrian Hastings, além do Lord Gilford, do Sr. Tarik Alli e do Dr. Mário Soares (Feytor Pinto 2011: 233).

No processo de esclarecer a situação junto da comunicação social, Feytor Pinto usa uma estratégia arriscada de controlo de danos junto dos jornalistas ingleses, em que lhes oferece o visto para virem a Angola e

(12) *Ib.*

Moçambique visitarem e verem o que quiserem. «Que era sempre a minha posição. A minha posição era esta: não era convencê-los ideologicamente, era dar-lhes a possibilidade de irem e verem e assim aconteceu»⁽¹³⁾. Uma tomada de posição que choca diretamente com o ministro dos Negócios Estrangeiros onde,

chegados à embaixada, o Dr. Rui Patrício teve comigo uma conversa bastante dura, pondo em causa a forma como abordara o problema com a comunicação social, nomeadamente a concessão de vistos para Moçambique, sem consultar previamente o seu ministério, tendo-lhe respondido que essa me tinha parecido, logicamente, a forma mais adequada e expedita de reduzir o grau de tensão mediática que rodeava a visita do Presidente do Conselho (Feytor Pinto 2011: 236).

Na imprensa portuguesa, a cobertura nas publicações analisadas⁽¹⁴⁾ demonstra um tratamento noticioso equilibrado da visita comemorativa do VI centenário da Aliança entre Portugal e Inglaterra, no acompanhamento ao longo de vários dias feito pelos jornais *A Capital* e *O Século*, enquanto «a investigação sobre Wiryiamu continuava seguindo os procedimentos normais e cada vez havia mais indícios sobre a sua confirmação» (Feytor Pinto 2011: 241-242). Na *Flama*, o texto do jovem jornalista Joaquim Letria preenche a pluralidade das várias abordagens possíveis do texto jornalístico, entre a descrição protocolar, a citação direta da fonte oficial (Pedro Feytor Pinto) e o glamour e elegância da filha de Marcello Caetano, Ana Maria, a que a imprensa britânica reage com bastante entusiasmo. «Um trunfo mediático, alvo de uma barragem fotográfica, que contribuiu para transmitir uma dimensão mais humana, num momento que se apresentava bastante conturbado» (Feytor Pinto 2011: 238).

No final da visita, antes da partida para Lisboa, tem lugar a conferência de imprensa em que estavam todos os jornalistas, «e eu já sabia como eram os jornalistas britânicos». E o professor Marcello Caetano diz «não há perguntas nem respostas. O senhor ministro dos Negócios Estrangeiros vai fazer uma declaração, uma declaração minha e depois, vamo-nos

(13) Id. 2019: 10.

(14) “Marcello Caetano em Londres”, *Flama*, 1973, 27 de julho. “Visita de Marcello Caetano a Londres”, *A Capital*, 1973, 11, 12, 13 e 16 de julho. “No VI Centenário da Aliança Primeira visita a Londres de um chefe de governo português”, *O Século*, 1973, 16, 17, 18 e 19 julho.

embora. A Jane Bergerol faz a pergunta. E eu fiz assim às costas (gesto de empurrar) do professor Marcelo Caetano. Responda. Responda»⁽¹⁵⁾. A pergunta da influente jornalista do Financial Times era, obviamente, sobre o inquérito a Wiryiamu e «Marcello Caetano respondeu em inglês a todas as perguntas que foram formuladas, dentro dos conceitos que tinha definido inicialmente, pondo, assim, um ponto final de êxito a uma visita que fora condicionada para ser um fracasso» (Feytor Pinto 2011: 241).

Na imprensa portuguesa, o caso Wiryiamu conheceu vários desenvolvimentos, com o governo português a lançar (com alguma eficácia) várias contrainformações que visavam desacreditar as fontes e produzir um relato confuso (Baptista 2012: 317). Na televisão, a curta viagem de Caetano pautava-se afinal, como era esperado, por uma nova campanha de intoxicação da opinião pública: de um lado os Portugueses que deram o «mandato indeclinável» a Marcello Caetano, agora em grandes manifestações em Lourenço Marques e Lisboa, do outro «os cabeludos», a «internacional comunista» e os «inimigos da Pátria» – sempre vigiados pelos *policemen* londrinos (Cádima 1996: 391-392).

Em Lisboa, Caetano tinha à sua espera o relatório sobre o massacre de Wiryiamu (Dhada 2016) onde «a descrição era muito dura e as fotografias ainda o eram mais. O Prof. Marcelo Caetano leu, comigo, todo o relatório e logo me informou que iria reconhecer o incidente e responsabilizar por ele o comando do distrito onde acontecera» (Feytor Pinto 2011: 241-243). E depois duma ampla análise,

quanto à questão de Wiryiamu, alguém tinha que ser responsabilizado. Não podia ser responsabilizado o general Kaulza por que não se podia tocar nos generais. É a famosa história que estava presente na mentalidade do professor Marcelo Caetano que é a frase do Dr. Salazar «eu aos senhores militares não lhes faço a continência, mas tiro-lhes o chapéu»⁽¹⁶⁾.

Feytor Pinto acredita que este foi um dos principais momentos de viragem política em relação à abordagem que se fazia do problema ultramarino (Feytor Pinto 2011: 244), abordagem feita de forma particularmente incisiva, no mês seguinte, pelo diretor do *Expresso*, Francisco Pinto Balsemão.

(15) Entrevista presencial com o diretor dos Serviços de Informação (1970-1974), Pedro Feytor Pinto, realizada a sete de maio de 2019: 13.

(16) Id. 2019: 9.

Um problema chamado *Expresso*

A 27 de outubro de 1972, Francisco Pinto Balsemão dá uma extensa entrevista⁽¹⁷⁾, onde apresenta o seu projeto jornalístico *Expresso*, pronto para sair no ano seguinte e onde afirmava ao que vinha com títulos como: *É viável uma imprensa portuguesa livre* e *A política é um assunto demasiado sério para ser confiado aos políticos* (Balsemão 2001: 9). A Lei de Imprensa de 1972 permitiu-lhe avançar como diretor e Balsemão começara por olhar, meticulosamente, para a imprensa britânica de referência. Com a publicação entretanto autorizada, algo apenas possível no marcelismo dado que, como lembra,

no tempo do salazarismo, o *Expresso* nunca teria sido permitido, nem eu teria sido diretor de qualquer publicação, porque, naquela altura, o Governo aprovava ou reprovava os diretores. Quando sai o n.º 1 do *Expresso*, e apesar de já estarmos em 73, vivemos uma primeira fase de tolerância, em que a regra era ser o diretor a escolher aquilo que mandava para a Censura. E o diretor, como é evidente, mandava quase nada, porque era essa a minha escolha (Cruz & Ramos 2012: 168).

O jornal sai para a rua, e o lançamento do semanário em 1973 por sectores da chamada Ala Liberal (que mais tarde, após a Revolução de 1974, se aglutinariam no Partido Social-Democrata), encabeçados por Francisco Pinto Balsemão (um dos atuais «patrões» do sector mediático português), deu mais uma machadada no autoritarismo do regime sobre a imprensa (a manchete do primeiro número do *Expresso* era, sintomaticamente, sobre os portugueses que nunca tinham votado), já minado por várias publicações clandestinas, como o jornal *Avante*, do Partido Comunista Português (Sousa 2008: 61).

Do lado do Governo, rapidamente «passa a ser o jornal mais temido porque havia ali um fator perturbador que ainda é perturbador»⁽¹⁸⁾. Para Marcello Caetano,

o *Expresso* era um problema, era um espinho para ele porque era a Ala Liberal e sobretudo, estava lá o Marcelo. O Marcelo Nuno, ele dizia quando

(17) “Dr. Pinto Balsemão à Flama: É viável uma imprensa portuguesa independente”, *Flama*, 1972, 27 de outubro.

(18) Entrevista presencial com o diretor dos Serviços de Informação (1970-1974), Pedro Feytor Pinto, realizada a sete de maio de 2019: 5.

falava do Marcelo Rebelo de Sousa. E ele dizia-me: O Marcelo Nuno, o Marcelo Nuno... Chame-o então. Ele vai lá a casa, todos os domingos, jantar. Ele até corrigia as Conversas em Família, mas chegava ao Expresso e escrevia uma colunazinha, normalmente com um pseudónimo feminino, que se chamava Gente, que era a coisa mais lida porque aquilo tinha tudo com imagens, understatement, mas era isso que ele fazia. E então, dizia: olhe, diga ao Balsemão para cá vir. E lá ia o Balsemão. Quem ia ouvir o Marcelo Caetano, era o Balsemão⁽¹⁹⁾.

Esta proximidade entre personagens jornalísticos e políticos resultava num tratamento especial, no qual o Expresso tinha um regime especial. Por muito que digam o que dizem, tinha um regime especial. Tinha organizado com o diretor-geral da Informação, com o Dr. Geraldês Cardoso, que de manhã, dos artigos que mandava para a Censura, lhe mandava cópia, antecipando e ganhando tempo porque eles quando cortavam, havia um recurso ao Dr. Geraldês Cardoso que já sabia⁽²⁰⁾.

Uma antecipação que permitiria a publicação do artigo *Um problema chamado Ultramar*, onde Francisco Pinto Balsemão apelava a que o tema «deixasse de ser tabu», criticava a ortodoxia daqueles que diziam que «o Ultramar não se discute, defende-se», considerava ser «impossível rejeitar quaisquer contactos com os movimentos de libertação, por alegada falta de representatividade destes, sem se saber (e sem se explicar porquê) se eles têm ou não representatividade» e desejava que o assunto pudesse ser livremente discutido na próxima campanha eleitoral (dali a um mês e meio, com eleições marcadas para outubro), ainda que reduzida «a umas apertadas quatro semanas», como declarou Marcelo Rebelo de Sousa em entrevista pessoal (Baptista 2012: 284-5). Outro dos protagonistas deste singular episódio da censura de imprensa em Portugal, Pedro Feytor Pinto, revisita os passos daquela sexta-feira em que Rebelo de Sousa lhe envia, de manhã, várias provas para a edição do jornal de 18 de agosto de 1973. Leu todos os textos recebidos

e, naturalmente, nem cortei nada, nem fiz comentários, aguardando que, como habitualmente com o diretor-geral, as provas cortadas viessem do Exame Prévio, para recurso. As horas passavam e nada chegava.

(19) Id. 2019: 19.

(20) Id. 2019: 14.

Naquela época era fundamental o jornal poder entrar em impressão a tempo de poder ser enviado para o Porto, um dos principais pontos de vendas, no comboio-correio da noite. A partir de certa altura, o Marcelo Rebelo de Sousa começou a telefonar-me, pedindo a decisão pois precisava de entrar nas máquinas. Como nada chegasse do Exame Prévio, cerca das 19:30, quase no prazo limite, disse ao Expresso para publicar tudo sem qualquer corte (Feytor Pinto 2011: 246-247).

No sábado, após a saída do *Expresso*, toca o telefone no gabinete do Palácio Foz. Era o diretor da Censura, seu amigo.

Ó Mário Bento, então você está de férias? Estou mas tive de fazer umas coisas aqui em Lisboa e vim cá ao serviço. E eu percebi logo que os coronéis o tinham chamado porque se calhar, o Marcelo Rebelo de Sousa também estava a telefonar para a censura, mas isso eu não soube. E então o Mário Bento disse: temos aqui um problema. Temos? Qual problema? Parece que você autorizou a publicação disso. Ó Mário Bento, não me peça a mim para lhe dizer que, neste momento estou em funções de diretor-geral da Informação e, portanto, eu sou seu superior hierárquico e, portanto, o assunto está resolvido⁽²¹⁾.

Na segunda-feira, às oito da manhã, o telefone volta a tocar, desta vez na casa de Feytor Pinto.

Quem fala? Marcello Caetano. Ó senhor presidente, não me assuste (risos). ‘Olhe, você pode chegar aqui a Queluz?’ E quando chego a Queluz, ele estava com o Expresso assim na mão (simula com o polegar e o indicador), a pegar assim e diz-me: Diz-me o senhor presidente da República que foi você que autorizou a publicação deste artigo. Fui e já agora se o senhor presidente quiser, eu explico como é que se passou. E contei-lhe a história toda. Mas agora vamos fazer uma coisa: senhor presidente, se não se importa, vê aqui comigo o que é que o senhor cortava. Se o senhor queria que se cortasse, diga-me o que é que cortava? E ele leu o artigo, lemos o artigo e ele disse ‘não cortava nada’. Pois, era o que me parecia. Nunca mais me voltou a falar do assunto⁽²²⁾.

(21) Id. 2019: 15.

(22) Id. 2019: 16.

A singularidade deste episódio é evidenciada à luz do número de cortes⁽²³⁾ que o *Expresso* sofreu durante 58 edições até 16 de fevereiro de 1974: 3.795 cortes (uma média de 2,4 cortes por artigo e de 65,4 por edição); 1.584 artigos com cortes (uma média de 27,3 artigos por edição, ou um por página), 388 dos quais com cortes integrais (Castanheira 2009: 226). E melhor do que ninguém, o presidente do Conselho sabia que, lendo estas publicações (*Flama*, *Vida Mundial*, o *Século Ilustrado* e o *Expresso*) durante o período marcelista, fica-se com a impressão que a história do presente português, naqueles anos, já não passava pelos governantes. O mais importante decorria *fora* do governo ou *contra* ele (Baptista 2012: 275). Mesmo com o tratamento preferencial invocado por Feytor Pinto, Balsemão lembra que «a pouco e pouco, porém, a Censura começou a exigir que mandássemos tudo» (Cruz & Ramos 2012: 168) e após o *Exame Prévio*, «eram tais os castigos que o *Expresso* teria definhado e acabado, caso não tivesse caído o regime em Abril de 1974» (Balsemão 2009: 12). Em vez da transição, foi a revolução (Cruz & Ramos 2012: 505).

Conclusão

Como *espectador comprometido e definidor primário*, pelo menos nas relações públicas políticas que desenvolveu com jornalistas em toda a Europa, Pedro Feytor Pinto foi uma peça essencial (não a única pois, como vimos, a mão de Marcello Caetano embalava quase toda a imprensa e adormecia a televisão, dentro e fora dos espaços de informação) na comunicação política marcelista entre 1970 e 1974. Chamado a socorrer a perceção que o estrangeiro tinha sobre a Guerra Colonial (1961-1974), tem uma intervenção audaciosa ao conceder vistos para Angola e Moçambique aos jornalistas ingleses, na sequência do escândalo de Wiryiamu, cirurgicamente noticiado na véspera da visita de Marcello Caetano em julho de 1973, quando o massacre tinha ocorrido em dezembro e dele tinham conhecimento desde janeiro, as fontes que o revelaram na imprensa britânica. Uma medida de controlo de danos que lhe valeu um confronto direto com o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, cioso das competências do seu ministério, mesmo quando a situação exigia medidas rápidas e eficazes e não seguir à risca a cartilha diplomática. Nesse ano de todos os perigos,

(23) Primeira página do *Expresso* (1973, 24 de março) visada pelo Exame Prévio.

a consciência, *liberal* é como ele a classifica, de Feytor Pinto conduz a sua decisão na publicação de *Um problema chamado Ultramar* de Francisco Pinto Balsemão no *jornal mais temido pela classe política: o Expresso*.

Nos dois momentos analisados ao longo deste trabalho, é sempre o Ultramar a sombra dos acontecimentos e se, como pensa Feytor Pinto, «Wiryiamu teve uma enorme influência em muito do que se verificou depois, nomeadamente no seio das Forças Armadas» (Feytor Pinto 2011: 244), é também inquestionável o impacto do artigo de Pinto Balsemão na governação de Marcello Caetano, «num equilíbrio vertiginoso entre democracia e ditadura, dos primeiros discursos políticos às orações do desespero de 1973 e 1974» (Pulido Valente 2002: 20). Como analisa Marcelo Rebelo de Sousa, «as circunstâncias, de facto, foram-lhe muito adversas. No quadro em que se moveu, podemos sempre discutir se podia forçar mais ou podia forçar menos, mas a partir de certa altura não tinha espaço para forçar coisa nenhuma» (Cruz & Ramos 2012: 76). E a grande questão «é saber por que motivos esta transição social, económica e cultural, que envolveu elites, mas também a população em geral, não resultou numa transição política, como muitos esperaram e como alguns, ainda hoje, pensam que teria sido possível» (id.: 466). Pedro Feytor Pinto ainda acreditava nela, enquanto arrumava os seus papéis no Palácio Foz e conduzia jornalistas estrangeiros debaixo dos cravos de abril.

Agradecimentos: Este estudo foi possível graças à Bolsa de Investigação de Doutoramento (2020.05040.BD) no âmbito do POCH – Programa Operacional Capital Humano, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia. O autor agradece a leitura e os comentários dos Professores Jorge Pedro Sousa, Francisco Rui Cádima, Carla Baptista, Isabel Ferin Cunha e Ana Cabrera.

Bibliografia

- AAVV (1970). “Assembleia Nacional À margem das sessões”, in *A Capital*, 29 de janeiro, 2.
- AAVV (1973). “Moreira Baptista na TV – A necessidade de uma informação pronta e objectiva é uma imposição dos tempos modernos”, in *Diário Popular*, 26 de janeiro, 1 e 7.

- AAVV (1980). “A política de informação no regime fascista”, in *Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo*, Vol. 1. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- AAVV (2016). “Primeira página do Expresso de 24 de março de 1973 visada pelo Exame Prévio”, in *O que ficou por dizer – A Censura na Cultura e nas Artes 1936-1974*. Catálogo da exposição. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Autores.
- Azevedo, César de (1999). *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Balsemão, Francisco Pinto (1973). “Um problema chamado Ultramar”, in *Expresso*, 18 de agosto, 8.
- «-» (2001). “Como criei o Expresso”, in *Expresso*, 28 de julho, 8-9.
- «-» (2009). “O 25 de Abril salvou o Expresso”, in José Pedro Castanheira, *O Que a Censura Cortou*. Lisboa: Expresso.
- Baptista, Carla (2012). *Apogeu, Morte e Ressurreição da Política nos Jornais Portugueses – Do Século XIX ao Marcelismo*. Lisboa: Escritório Editora.
- Barros, Luís de (1973). “Visita de Marcello Caetano a Londres”, in *A Capital*, 11, 12, 13 e 16 de julho, 1-3; 1-3; 1-3 e 1, 12-13.
- Cabrera, Ana (2006). *Marcelo Caetano: Poder e Imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cádima, Francisco Rui (1996). *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*. Lisboa: Presença.
- Caetano, Marcello (1965). *A Opinião Pública no Estado Moderno*. Lisboa: Gráfica Manuel A. Pacheco.
- «-» (1974). *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record.
- «-» ([2000] 1977). *As minhas memórias de Salazar*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Carvalho, Arons de (1999). *A Censura à Imprensa na Época Marcelista*. Coimbra: Minerva.
- Castanheira, José Pedro (2009). *O que a censura cortou*. Lisboa: Editora Expresso.
- Correia, Fernando (2018). “Jornalistas e Jornalismo no tempo da Censura: realidades e mitos”, *Jornalismo & Jornalistas*, 69, janeiro/abril. Lisboa: Clube de Jornalistas, 22-29.
- Correia, Fernando, Baptista, Carla (2007). *Jornalistas: do ofício à profissão*. Lisboa: Editorial Caminho.
- «-» (2010). *Memórias Vivas do Jornalismo*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Cruz, Manuel Braga da, Ramos, Rui (org.) (2012). *Marcelo Caetano. Tempos de Transição Depoimentos sobre Marcelo Caetano e o seu Governo 1968-1974*. Lisboa: Porto Editora.

- Dhada, Mustafah (2016). *O Massacre Português de Wiriamu. Moçambique 1972*. Lisboa: Tinta da China.
- Didion, Joan ([2017] 2007). *O Ano do Pensamento Mágico*. Lisboa: Cultura Editora.
- Feytor Pinto, Pedro (2011). *Na Sombra do Poder*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Garcia, José Luís (2009). “Sobre a censura em Portugal”, in José Luís Garcia (org.), *Estudos sobre os jornalistas portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Gomes, Joaquim Cardoso (2014). “Os censores do 25 de Abril: o pessoal político da censura à imprensa”, *Jornalismo & Jornalistas*, N.º 57, janeiro/junho. Lisboa: Clube de Jornalistas, 6-34.
- Letria, Joaquim (1973). “Marcello Caetano em Londres”, in *Flama*, 27 de julho, 38-41.
- Lima, Helena (2013). “Meios de Censura e Formas de Condicionamento do Jornalismo na Ditadura Portuguesa”, in *Media & Jornalismo*, n.º 23, Vol. 12. Lisboa: ICNOVA, 165-188.
- Manuel, Alexandre (1972). “Dr. Pinto Balsemão à *Flama*: É viável uma imprensa portuguesa independente”, in *Flama*, 27 de outubro, 8-14.
- Meneses, Filipe Ribeiro de (2010). *Salazar Biografia Política*. Lisboa: Dom Quixote.
- Mesquita, Mário, Lourenço, Eduardo (1996). *Eduardo Lourenço Cultura e Política na Época Marcelista: Entrevista*. Lisboa: Edições Cosmo.
- Nogueira Pinto, Jaime ([2014]1977). *Portugal os anos do fim – A revolução que veio de dentro*. Lisboa: Dom Quixote.
- Pinto, António Costa (2001). *O Fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Pulido Valente, Vasco (2002). *Marcello Caetano As desventuras da razão*. Braga: Gótica.
- Reis, António (1996). “Marcelismo”, in Fernando Rosas, Brandão Brito (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 546-548.
- Reis, José (1972). “O Dr. Ramiro Valadão à *Época*: Deixem a Televisão crescer”, *Época*, 01 de fevereiro. 17.
- Santos, Hernâni (1973). “No VI Centenário da Aliança Primeira visita a Londres de um chefe de governo português”, in *O Século*, 16, 17, 18 e 19 julho, 1 e 9, 1 e 8-10, 1 e 8-10, 1 e 8-9.

- Soares, Mário (1974). *Portugal Amordaçado Depoimento sobre os anos do fascismo*. Lisboa: Arcádia.
- Sousa, Jorge Pedro (2008). *Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974*. Covilhã: UBI LabCom. Disponível em bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-do-jornalismo-1974.pdf. Consultado em 11-05-2021.
- Sousa, Jorge Pedro, Pinto, Ricardo Jorge, Teixeira, Patrícia, Silva, Nair, Borba, Eduardo Zilles (2008), *A teorização do jornalismo em Portugal: Estado Novo – 2a parte (de Junho de 1958 ao 25 de Abril de 1974)*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Disponível em teoriadojornalismo.ufp.edu.pt/08-estado-novo-2a-parte. Consultado em 22-05-2021.

